



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0013/03	DATA: 22/01/03
INÍCIO: 10h19min	TÉRMINO: 11h42min	DURAÇÃO: 52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 52min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 11
REVISÃO: Marlúcia		
CONCATENAÇÃO: Amanda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS HOMERO MOURA LACERDA DE MELO

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Não foi fornecida a qualificação dos depoentes. Há intervenção inaudível. Há expressões ininteligíveis. A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 24^o reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Solicito então à Secretaria da Comissão, ao Sr. Manoel Alvim, que traga o Sr. Altair Fernandes Ferreira dos Santos para o seu depoimento. *(Pausa.)* Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente um termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*. Sr. Altair, próximo ao microfone. Sr. Altair, o senhor sabe por que foi chamado a esta CPI?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor deu entrada no IBAMA solicitando licença para um criadouro, quando foi isso?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Já faz uns quatro anos já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Há quatro anos, o senhor deu entrada. E aí o que aconteceu?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Eu dei entrada no projeto, não é, e nesse período que eu dei entrada no projeto, fiquei... recebia animais do IBAMA em regime de fiel depositário. Aí, nesse período que eu estava... que o projeto estava tramitando, o IBAMA ficou mandando as aves para mim. Nesse período, houve uma denúncia no IBAMA, e foram lá à granja e constaram maus-tratos lá nos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A denúncia foi de maus-tratos?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Foi, e os animais foram recolhidos ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que tipo de maus-tratos foram constatados lá, Sr. Altair?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Pelo que eu saiba, maus-tratos só teve na parte da cobertura, porque os viveiros, fazia tempo que estavam cobertos com aquela piaçava — aquele material que tem para cobrir, essas



cobertas que têm — e, com o tempo, foi se desgastando, e a coberta foi ficando... algumas partes lá descobertas. Tive um probleminha com um caseiro lá que maltratou os macacos que eu tinha lá — morreram até três — e, nesse período, eu botei ele para fora e, quando ia comunicar ao IBAMA, foi justamente quando... quando ele mesmo fez a denúncia de que tinha maus-tratos na granja dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi o seu caseiro que fez a...

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Foi, foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele ficou com raiva de ter sido mandado embora?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Imagino, imagino, porque foi o próprio caseiro que mesmo fez a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E os macacos morreram. O que o senhor fez quando esses macacos morreram?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Justamente quando eu ia comunicar ao IBAMA foi quando chegou a fiscalização lá e viu lá os macacos. Tinha guardado eles já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só os macacos que morreram?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Somente, somente. Teve maus-tratos que eu... eu acho que teve na parte da coberta lá dos viveiros, mas teve outra parte que eu tive... eu tenho um casal de arara lá — tinha, não é, que o IBAMA recolheu — e consegui criar um filhotezinho lá, coisa que é difícil é. Maus-tratos pode ter na coberta, mas, em outra parte, acho que não teve não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Deputado Luisinho.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Altair, o senhor falou que estava legalizando ainda o criadouro e, mesmo assim, o IBAMA o usou como fiel depositário, para que o senhor tratasse das aves apreendidas pelo IBAMA no Estado, não é? O que o senhor faz além de ser criador de aves? Qual é a profissão que o senhor exerce, qual o seu posicionamento?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Eu sou comerciante.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor teria condição de cuidar desses animais com sua própria renda — se o IBAMA verificou isso anteriormente —, sem poder comercializar ou qualquer coisa parecida?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Tenho sim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Teria condição?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Tenho condições.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então o senhor começou a fazer e foi constatado no local... Qual foi o motivo de o senhor deixar que o viveiro fosse destruído? Esse caseiro, esse maltrato, que tipo de maltrato que ele causou a esses animais?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não tenho conhecimento a que ponto chegou a morrer os macacos, não sei o porquê, não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas o senhor mandou o caseiro embora porque ele tinha maltratado os animais. Mas que tipo de maltrato? Tem que ter alguma...

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – "Mau-trato" que teve eu não sei, o macaco chegou lá (*inaudível*).

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Falta de alimentação, ele...

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não sei...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Local impróprio...

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Se ele colocou veneno...

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Ou envenenou?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Acho que falta de alimentação, não.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E até hoje continua ainda lá o criadouro? O senhor tem animais nesses criadouros?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, tenho os só viveiros, porque o IBAMA recolheu os animais que doaram para mim, eles mesmos recolheram.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – E o processo de criadouro, então, foi extinto? Não existe mais o processo?



O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Eu já fiz um projeto, um novo projeto, está no IBAMA já. Eu só estou aguardando a posição do IBAMA para ter os animais de volta.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas se o senhor tiver os animais de volta, o senhor tem condições de colocar um caseiro que não envenene um macaco, que não mate um macaco? É uma coisa interessante.

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Já estou com uma pessoa bastante responsável.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Porque sou defensor — sempre falo na CPI —do criadouro legal. Eu, primeiro, acho que não deveria existir nenhum, mas já que existe o tráfico e existem alguns criadouros, o melhor é que a gente legalize e comece a fiscalizar bem, para que não tenha mais tráfico de aves. Eu sou defensor disso. Porque o ideal é que não existisse, que os animais estivessem soltos no seu hábitat. Mas a preocupação é que o senhor começou o trabalho, naquele momento de empolgação, aquela coisa há quatro anos, e nesse momento o senhor permitiu que morressem alguns animais na propriedade. E hoje, o senhor me diz que vai ser o contrário. Por qual motivo?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, eu não permiti que os animais morressem, não é? Eu tive um problema com o caseiro.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas, talvez, por falta de acompanhamento. Os animais dependem de uma dedicação. Nós tivemos um depoimento aqui ontem interessante, que o senhor dizia que ia parar de criar os animais porque não tinha mais tempo para ter dedicação. O senhor sabe que para se criar animais, ter um criadouro, exige uma dedicação quase que exclusiva. Tem que acompanhar diariamente, o senhor tem que estar próximo dele, uma responsabilidade muito grande. O senhor está lidando com vidas, então o senhor precisa estar bem próximo deles. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Tenho, sim.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Se o senhor abandonar com um caseiro, um caseiro é uma pessoa geralmente com uma remuneração não muito alta e lidando com animais raros, caros, e com necessidades especiais de tratamento. Será que



ele teria condição, não necessitaria de um veterinário, de uma pessoa mais especializada para isso?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Eu tenho um caseiro bastante responsável lá no momento e estou com um biólogo que fiz um contrato com ele, para ele acompanhar semanalmente os bichos lá, os animais, nesse novo projeto que enviei ao IBAMA.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – O senhor apresentou novo projeto e aguarda, então, alguma definição?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – É, estou aguardando.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É. Acho que o senhor deve pensar direitinho nesse caso, verificar. E peço também ao IBAMA que faça essa verificação e verifique se não vai acontecer essa outra falha dessa, porque continuo dizendo: melhor que não tenha novos criadores, porque já tem muito e a maioria está ilegal, pelo que estamos vendo aí. Isso que houve aí é um absurdo. A ilegalidade continua existindo dentro da coisa legal. Então acho que o ideal é que não existisse. E no caso do senhor, que já deixou uma falha dessa, acho que se deveria verificar com muita cautela, observar bem o que vai ser feito, se o senhor realmente tem essa pessoa capacitada para poder cuidar desses animais, para depois dar uma autorização. Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Altair, os macacos foram enterrados? Foi isso? Ele enterrou os macacos?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Foi. Enterrei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor enterrou?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Eu estava lá do lado do caseiro, ele enterrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele enterrou?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – É, o outro novo caseiro que eu arrumei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe que quando morre algum animal, podia ser um passarinho ou um macaco, o que tem que fazer, não sabe?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que tem que fazer?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Tem que fazer a biopsia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem que congelar e mandar para o IBAMA ou então avisar. Quer dizer, o senhor não sabia disso?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, sabia, sim. Eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor enterrou o macaco.

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, depois que o IBAMA foi lá e que recolheu os bichos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele autorizou o senhor a enterrar os macacos?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Não autorizou, não. Eles foi lá, verificou lá que estava no saco lá. O fiscal foi lá e verificou que os macacos estavam lá. E, diante disso, ele já tinha visto, aí eu peguei e mandei enterrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas ele autorizou? O fiscal do IBAMA autorizou?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Autorizou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele estava num saco, mas estava congelado? Ou não?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Não estava congelado, não. Eu deixei só para justificar para não dizer depois: Ele vendeu o macaco. Só queria ter aquilo ali só para justificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor fez um contrato com um biólogo, não é? Veterinário, o senhor vai ter, não?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Pelo que consta no IBAMA, eles pedem um biólogo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O IBAMA lhe deu acesso à legislação que trata especificamente desse assunto, como fazer um criadouro?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Deu, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deu? Já da primeira vez já tinha dado?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Da primeira vez eu não estou lembrado, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor tinha um biólogo cuidando?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, na primeira vez, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tinha nada?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mesmo assim o senhor recebia os animais?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Estava recebendo, porque o projeto ainda não tinha sido aprovado, não é?.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas no projeto tinha lá que tinha que ter biólogo e essas coisas?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Tinha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E agora, o que o senhor vai fazer? Vai continuar sem biólogo até o projeto ser aprovado?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Eu estou sem animais, lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei, mas e agora?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, no contrato... no projeto de IBAMA já tem o biólogo lá, já fiz o contrato com ele. Só estou esperando os animais chegarem para ele poder executar o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses animais todos que o senhor tinha, que foram retirados, foi o IBAMA que mandou ou o senhor comprou algum animal?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, não. Comprei, não. Foi tudo doado pelo IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tudo doado, não. Não foi doado. É fiel depositário.



O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – É, fiel depositário. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem alguma coisa... são coisas diferentes.

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Hã, Hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor não comprou nenhum?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Não comprei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece a Feira da Madalena?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Já ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca teve lá?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, nunca tive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor gosta de animais e nunca esteve na Feira da Madalena, Sr. Altair?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Nunca tive, não, lá na Feira de Madalena. Sou de lá do Palmares e rodo pouco aqui no Recife.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vem pouco aqui, não é?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, eu moro aqui em Recife. Agora, rodo pouco. Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, mas estranha, não é, porque não tinha nada, o senhor podia falar que conhecia, se conhecesse.

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, mas nunca fui lá, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor gosta de animais?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Gosto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor inclusive está se preparando para a próxima... para vir um novo criadouro, não é?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Hã, Hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quê?



O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Porque gosto disso. Gosto de animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só porque o senhor gosta?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor, sem biólogo, sem veterinário, sem autorização, o senhor fez... conseguiu ter um filhote de arara?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Consegui, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse filhote está onde? Foi recolhido também?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Foi recolhido pelo IBAMA também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Arara de quê? Qual a arara?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Arara canindé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Canindé. O senhor conhece bem animais?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Conheço um pouco. Me formei em técnico agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o estiva, papagaio estiva?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Amazônia, Amazônia?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Arara Amazonas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É. Amazonas, Amazonas? Papagaio verdadeiro.

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Assim para (*ininteligível*) conheço bastante, agora (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Altair, esta CPI já encaminhou ao IBAMA, Presidente do IBAMA na época, Dr. Rômulo, e agora vai



encaminhar ao Dr. Marcos novamente, uma recomendação expressa para que todos os criadouros brasileiros, do Brasil sejam reavaliados. Reavaliados de uma maneira bastante efetiva. O Deputado Luisinho está tratando da questão de anilhas. Quando se fala em anilhas, fala-se basicamente de como identificar um animal. Para o senhor ter uma idéia, no Paraná, exercendo o nosso direito de mandado de busca e apreensão, conseguimos trazer doze ou catorze anilhas, cujos animais para o IBAMA já existiam, mas que não tinham nascido ainda, poderiam nascer ou não. É uma coisa muito louca. Então ele está fazendo isso. E vai se tornar bastante caro na realidade ser criador no Brasil. E muito mais fiscalizados. Evidente que a CPI vai encaminhar ao IBAMA o seu caso específico com uma recomendação, porque, como o próprio Deputado Luisinho falou, que o seu caso seja diferenciado. O senhor tem que ser muito mais fiscalizado do que os outros. E vai ficar caro. É isso que eu queria falar para o senhor. Acho que, de repente, desistir disso seria bom, seria uma boa coisa. Mas vai ficar caro, porque vamos solicitar que no seu caso, até porque já é passado, e dentro dessas características da nova legislação proposta pela CPI vai haver tipo um contrato específico, com repercussão jurídica de se um animal sob sua guarda morrer, o senhor vai responder um processo por isso, entendeu? Não é só o senhor, são todos, todas as pessoas. Então, se eu fosse o senhor, repensaria nisso. E aqui vai, o Sr. Manoel Alvim, vai nos preparar essa solicitação do Deputado Luisinho, para que o IBAMA então faça a fiscalização efetiva e repense na autorização dada ao Sr. Altair como criador. Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Altair, nós fizemos a pergunta falando do criadouro e eu esqueci de perguntar que tipo de criadouro o senhor está pedindo autorização ao IBAMA?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Conservacionista. Já tem lá o projeto, não é?

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Não, eu não tenho conhecimento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual a diferença, Sr. Altair, de um criadouro científico para um conservacionista?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não sei diferenciar, não. Conservacionista é só para tratar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por que o senhor escolheu o conservacionista, então?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Porque o porte da granja é pequeno, só tenho quatro engenheiros, só é para criar ali mesmo, só para distrair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Criar não é fazer cruzamentos, nada de buscar espécies híbridas, nada disso, não é?

O SR. ALTAIR FERNANDES FERREIRA SANTOS – Não. Por ser pequeno lá, pato viveiro só, queria só aqueles animais que eu tinha lá na granja. Estou com novo projeto para ver se consigo eles de volta. Somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está bom, Sr. Altair. A CPI agradece a sua presença. Mas já vou lhe afiançar que isso continua. A partir do momento que o senhor está convocado, continua convocado até o dia 31, que é o dia final da CPI. Se nós tivermos necessidade da sua presença, solicitaremos que o senhor viaje a Brasília. Muito obrigado, então. Mais alguma pergunta? O senhor está liberado. Nós vamos estipular um recesso de dez minutos. Preciso ter uma reunião com o Deputado Luisinho. Pode ser aqui. Então dez minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dando continuidade aos trabalhos desta CPI, solicito à Secretaria, ao Sr. Alvim, que traga o Sr. Homero Moura Lacerda de Melo, já adiantando ao plenário que, terminando o depoimento do Sr. Homero, esta Presidência decidirá o que fazer com as pessoas convidadas com antecedência que não compareceram, dentro do Regimento Interno da Comissão da Câmara dos Deputados do Brasil. A Comissão se deslocará em direção ao Parque da Cidade, que é ao lado, na Praça 13 de maio, que é um criadouro na localidade de Aldeia. Sr. Homero, por favor. Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação de cujo teor faço a leitura: *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*. Foi isso o que o senhor assinou, Sr. Homero. Sr. Homero, o senhor sabe por que foi chamado a esta CPI?

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Bem, queria que V.Exa. me permitisse, antes, registrar um esclarecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza. Faça.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – É que eu recebi uma intimação para comparecer aqui a esta CPI como testemunha às 9h da manhã de hoje. E eu recebi por este fax um horário que chegou ao meu escritório às 9h57min, uma hora depois da hora que eu deveria estar aqui. Recebi um telefonema do Sr. Manoel, secretário, e suspendi tudo o que tinha a fazer e me desloquei rapidamente para cá, porque acho extremamente importante este trabalho da CPI como cidadão que se preocupa com o meio ambiente. Peço também desculpas ao senhores pelo meu traje, por não estar adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que é isso... Não se preocupe. Muito pelo contrário, o importante é o senhor esteja aqui.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Acho que tenho, inclusive, coisas que podem ser úteis a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado, Sr. Homero. Sr. Homero, o senhor tem um criadouro. É isso?

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Não, eu não tenho um criadouro. Eu tenho um hotel, um *resort*, na Praia de Serrambi, Município de Ipojuca, que fica numa verde muito grande, de 25 mil metros quadrados, em que existem alguns animais. Se V.Exa. me permitir, eu esclareço o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza. O senhor está aqui exatamente para isso.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – É o seguinte: há cerca de seis ou sete anos, uma pessoa de um sítio próximo... há cerca de seis ou sete anos, uma pessoa de um sítio próximo... Eu não dirijo o hotel, sou proprietário do hotel. Tinha uma diretoria e uma gerência. Há cerca de seis ou sete anos, uma pessoa que tinha um sítio próximo e que criava alguns animais silvestres levou para o hotel alguns animais bastante maltratados, preocupado com a presença do IBAMA na área. Na época, exerceu uma fiscalização a respeito da preservação do ecossistema marinho, presença bastante constante de pessoas do IBAMA. Deixou esses animais lá no hotel e imediatamente, comuniquei ao IBAMA. Esses animais eram três araras e dois tucanos. Comuniquei ao IBAMA. Esses animais estavam em gaiola pequena com a asa cortada, bastante maltratados. Chamei uma veterinária — não me



recordo o nome dela, mas tenho documentação e posso remeter a V.Exa. depois — do Chaparral. Acho que é a própria esposa do proprietário. E contratei ela para ver como estavam os animais, medicar os animais. Depois observei que os animais tinham as asas cortadas e que eram relativamente mansos. Então soltei os animais, comuniquei ao IBAMA e perguntei ao IBAMA o que poderia ser feito. Fui pessoalmente ao IBAMA. O IBAMA me falou que uma das coisas que poderiam ser feitas, como estava numa área verde muito grande e tal e que demonstrei interesse, eu poderia ficar com esses animais desde que satisfizesse às exigências para ser criador conservacionista. Então para isso eu contratei essa veterinária — não sabia quais eram as exigências para isso — para satisfazer todas as exigências. O local, a ambientação, o tratamento, a veterinária, a alimentação, tudo isso rapidamente a gente se adequou. Mas nós, depois de muitas tratativas, esbarramos num problema: é que o IBAMA exigiu, pela legislação do próprio IBAMA, que nós construíssemos viveiros para colocar essas araras dentro desses viveiros. O que acontece é que nesse intervalo — estou resumindo, mas é que isso já ia há cerca de dois anos — as araras já estavam de asas grandes, bonitas, com as penagens brilhantes, dando vôos maravilhosos. Houve um casal que era o mais novo, o de azul, que chegou a pôr ovos, e veterinária disse que não procriou apenas porque foi a primeira postura das araras. E elas se adequaram ao sistema. A informação que tive, conversando com a veterinária, me informando e me inteirando um pouco mais sobre o assunto, é que esses animais são animais essencialmente territoriais. Eles elegem uma área para residir e morar. E foi isso que aconteceu. Ele adotou a área do hotel, de 25 mil metros quadrados, evidentemente mediante uma alimentação apropriada para araras, principalmente com semente de girassóis e outros. Elas davam vôos imensos e maravilhosos. Se adequaram e ficaram extremamente mansas e dóceis com as pessoas. O hotel é um *resort* muito amplo em que as pessoas ficam muito distantes umas das outras. Não tem aquela aglomeração, não tem barulho. E a gente sente claramente, para quem for lá — e seria excelente se os senhores pudessem ir lá — que os animais estão vivendo extraordinariamente bem. A sua docilidade, não tem demonstração absolutamente de estresse, ao contrário. Há alguns atos repetitivos, por exemplo, às quatro, cinco horas da tarde, elas ficam na praia dando rasantes belíssimos no mar, todo dia no mesmo horário, na hora que o



sol está mais calmo e tal. E elas fazem excursões nas regiões próximas. Vão bastante longe. Chegam a ir a Porto de Galinhas — algumas pessoas já as viram lá — que fica a cerca de dez quilômetros. Mas isso em vôos rápidos e sempre retornam. Então me parece apenas, como uma pessoa curiosa no assunto que leu e pesquisou um pouco na Internet, me parece que os animais estão excelentemente bem lá. E aí o IBAMA condicionou a nos credenciar como criador conservacionista e a colocar em viveiros. Aí eu disse a eles que não tinha essa coragem. Não tinha coragem e acho que ninguém tem o direito... a pessoa humana não tem o direito de pegar um animal que está livre e voando e colocar numa gaiola. Aí eles alegaram, mas acontece que nós não pudemos — e até entendi a razão dos técnicos — porque a legislação — e nos mostrou a legislação — exige que tenha em viveiros de tanto por tanto. Eu digo: “Mas a gente não pode criar solto?” Ele disse: “Mas aí você... mas a legislação não prevê isso.” Então acho que talvez essa seja uma informação válida para CPI para sugerir ao IBAMA para modificar essa legislação. E se alguém quiser fazer um criadouro numa área apropriada... e esse “criadouro” entre aspas, não é em cativeiro, é criadouro solto. Não sei como poderia se denominar isso, semicativeiro, não sei a denominação adequada, está certo? Então essa falta de regulamentação do IBAMA dando condições maravilhosas a essas araras de viverem soltas foi tolhida. Aí eu disse: “Então tá bom, estão aqui os animais à disposição de vocês.” E eles não tiveram a coragem de prendê-las. Se vocês tiverem a coragem de pegar esses animais e engaiolá-los, vocês o façam, mas eu não faço. E eles não tiveram. E há seis ou sete anos que eu sou fiel depositário desses animais, mas posso adiantar — e está à disposição de quem quiser que esses animais estão extraordinariamente bem tratados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No Paraná, Deputado Luisinho, vários hotéis da região — eu vou fazer um esclarecimento — e vários hotéis no Amazonas — pelo menos eu estive em quatro ou cinco, um do Amazonas, que para o cara entrar são cem reais, para o sujeito entrar, para visitar o hotel e lá você tem todo tipo de animal. Nesse regime semiliberto, inclusive sendo treinados para isso. São treinados, condicionados. Eles perdem a principal característica que a busca de alimentos por ela mesmo, perdem a possibilidade de sobreviver se não houver aquela contínua, permanente, na mesma hora, no mesmo lugar, como o



senhor mesmo colocou, esses hábitos repetitivos. Não sei se o senhor fez isso, mas lá se faz nesse hotel. Inclusive, o relatório final vai sugerir essa inadequação. É evidente que existem entre hábitos selvagens e hotéis que colocam animais para se promoverem. Eu não estou falando... para trazerem mais pessoas para se hospedarem. Uma das características é a presença do animal. Como eu falei, esse hotel da Amazônia, você vai caminhar numa trilha de madeira suspensa sobre o Amazonas e em todos os lugares você para em determinado lugar e tem lá o seu barzinho, tem sua sala de música e um animal. Mas todos os animais possíveis e imaginários que você possa imaginar. É papagaio, é arara, é cobra, é jacaré, é tudo. É tudo. Chegou a nossa intérprete aí. Oi, intérprete, tudo bem? Vocês duas se safaram hoje. É que ele é surdo e mudo e vai prestar um depoimento e vocês se safaram e não trouxemos a intérprete. Legal. Mas, então, quando se colocou falta de regulamentação, muito pelo contrário. Está regulamentado. Não pode. Por que não é o hábitat da arara, por exemplo? Não pode, não pode. Está regulamentado. Às vezes falta regulamentação nesse aspecto da legislação. Existem outros aspectos que podem ser levados em consideração, mas regulamentado está. Não pode, é proibido. A lei diz claro: não pode se manter esses tipos de animais soltos em regiões que não são deles, do animal, que perde aí, Sr. Homero... A minha colocação de ter visto de vários e vários hotéis e lugares onde esses animais são usados. E como eu falei, lá no Paraná, foi absurdo! É absurdo o que eles fazem. Na Amazônia a mesma coisa. Então, não é falta de regulamentação. A lei é clara: não pode. Para se ter tem que se... existe a possibilidade até de a CPI avançar nesse aspecto, só que esbarra-se exatamente naquele outro lado em que as pessoas capturam os animais para poder trazer gente para visitar os hotéis, e esses animais são treinados como se fossem para um circo: a hora de comer é tal hora, a hora de dormir é tal hora, hora de estar lá é tal hora, e eles são condicionados a isso e perdem a característica principal da vida selvagem, quer dizer, da vida normal de um animal, que é a possibilidade de ir atrás da alimentação, de escolher a hora, de escolher o lugar, onde viver — e também vivem em lugares que não são deles, por isso eles se condicionam mais rápido. Deputado Luisinho, para suas perguntas.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É, Seu Homero, acho que suas colocações e as ilustrações que o senhor fez são muito importantes. Os animais soltos, na nossa



visão de que ele está solto e não está na grade, é interessantíssima. Só que existe uma regra para que ele esteja no hábitat natural dele. É por isso que o senhor não pode manter ele solto aqui porque não é o hábitat natural dele. É uma regra que tem que ser seguida e não tem como mudar. Na verdade, não tem que viver lá no território dele certinho ou aqui, confinado em algum lugar reproduzindo ou fazendo qualquer coisa conservacionista, um criadouro, que esbarra, realmente e dói no nosso coração quando se fala assim: mas eu vou tirar o bicho que está solto, que ele está bonito e solto e vou botar ele aqui? Até porque o senhor não o adquiriu para botar lá no hotel. Na verdade foi um acaso. Então, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer. Quero parabenizá-lo pelo que fez, mas acho que a legislação está correta — ela realmente hoje está correta e precisa ser cumprida dessa forma —, e nós precisamos buscar uma saída junto com o IBAMA aqui, para que possamos solucionar, porque a visão de estar solto é ótimo. O ideal é que a ave esteja solta, mas tem que ser no hábitat dela porque senão será uma confusão. Imagine se cada um fosse levar para o seu sítio e soltasse animais de numa outra região na região dele, o que ele causaria a todo o nosso hábitat.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – V.Exa. permite uma colocação? Veja bem, duas colocações eu queria fazer. Primeiro, só para esclarecer que o hotel que nós temos é um *resort* de praia. Não existe divulgação nenhuma de atração de animal, não existe nada disso. Divulgação nenhuma nossa nós colocamos como atração. A atração lá é a praia e os passeios marítimos, mergulhos e tal. Só para esclarecer nossa posição. E segundo, Deputado, veja bem V.Exa., não é o caso, como V.Exa. disse, de tirar o animal do seu hábitat e colocar ele em um local que não é o hábitat dele, porque ele se adaptou muito bem, mas não importa, porque não é hábitat dele, com alimentação artificial. Não é esse caso. É o caso de animais que já estavam condicionados e, me parece, muito difícil voltarem a ser capazes de se alimentar e de enfrentara natureza, porque ele, de alguma forma — segundo as informações da veterinária — foi reproduzido já em cativeiro pelas suas características, pois são muito novos e muito mansos, extremamente mansos, acostumados com a alimentação dada no cocho e tal. É muito difícil de pagar esse animal e reintroduzi-lo. Se for possível, é o ideal. Eu concordo absolutamente. Esse não for possível, colocar em gaiola, aí V.Exa. me permita, eu acho um crime, e acho



que o homem não tem o direito de fazer isso. Se analisarmos e verificarmos o vôo de uma arara, a gente não tem o direito, a pessoa humana não tem o direito de privar aquele animal do que a natureza deu a ele de fazer aquele vôo. Agora, se for possível permitir que ela continue voando no seu hábitat — esse é o ideal — aí eu sou completamente favorável. O que o IBAMA exigiu é que, para você ser criador conservacionista, nós autorizamos: ponha as araras num viveiro de tanto por tanto, de dimensões bastante razoáveis, porém, por mais razoável que seja, uma arara não voa em nenhum viveiro por maior e mais amplo que ele seja.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas, Seu Homero, eu, em momento nenhum falei que o senhor fazia propaganda....

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Pois não, eu quis só esclarecer.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – É, que ele contou uma outra história de um outro hotel e nós falamos em relação a esse hotel. A verdade é que até como conservacionista você não poderia nem ter visitaçào. A legislação não permite esse tipo de coisa. Então, isso já é feito para que o conservacionista possa tirar as espécies, preservar as espécies. Então, ele tem que estar num local sob controle, adequado. O senhor imagine: que nós temos uma história dos Estados Unidos — até o Presidente já leu também a mesma história — de um peixe que tiraram de não sei aonde, acho que da Ásia e levaram para os Estados Unidos e está causando um pandemônio lá. Ninguém sabe como acabar com esse peixe. Agora descobriram até uma planta nossa da Amazônia que está conseguindo matar esse peixe. Mas se tirássemos onças ou qualquer outro bicho e fôssemos levar para o Brasil inteiro e lá ela se reproduzisse e começasse invadir as matas locais, o que causaríamos ao nosso ecossistema? Então, essa é a preocupação. Nós temos que ter essa preocupação. Infelizmente, não é a melhor forma, mas são questões técnicas que eu acho que até o próprio IBAMA ou os biólogos do IBAMA... não é só o fato de eu não ter coragem de prender. Ele teria que sentar e explicar toda essa complicação de começar a produzir raças diferentes em Estados diferentes e locais diferentes que é o que virá acontecer. Daqui a pouco o senhor terá várias araras soltas naquele local, uma nova espécie naquela região que poderá causar as outras espécies existentes também. Nós temos outras espécies nessa localidades. Então, são questões



técnicas que não entendemos, eu não conheço bem. Conheço pouco dessa área, mas acho que o senhor deveria conversar. E o biólogo não deveria ter falado ao senhor que era só o fato de prender. Ele tem que mostrar ao senhor os prós e contra de manter as aves soltas. Também o parabenizo pela idéia. Acho que devem estar soltas, mas tenho que também entender a legislação, porque ela visa proteger também as aves que estão em seu hábitat verdadeiro e natural. E o senhor pode estar afetando quando o senhor traz a arara para viver com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esta questão fica bastante evidente quando o objeto de tráfico são ofídios, cobras, porque, na verdade, o ser humano tem gostos assim... ainda bem que todo mundo não gosta de amarelo. Tem gente que gosta de arara, mas tem gente que gosta de jararaca, acha cobra lá da Ásia bonita, que tem olhinho puxado, a cobrinha, e então, traz a cobra para cá. Só que aqui ela não tem predador, ou a rãzinha. Não tem predador aqui. Você tem a questão, como o Deputado está falando, da hiperpopulação, da população exacerbada por falta de predadores naturais. É por isso que a legislação brasileira é tão proibitiva, tão coercitiva na questão de importação de animais. O que o senhor está fazendo é exatamente o que se faz quando se traz um animal de outro lugar do mundo, de outro hábitat, de outra realidade do mundo. Não é a mesma coisa. Nós vamos... Já que o senhor está encontrando dificuldades de falta de coragem, nós vamos ajudá-lo nessa questão de falta de coragem e resolver o problema das araras com muita pena, realmente com muita pena, mas é necessário que a legislação seja cumprida sem exceções, até por conta desses aspectos colocados muito bem pelo Deputado Luisinho e pelo passado que, pelo passado não, pelo presente do que está acontecendo com as espécies de arara. De repente, até uma recomendação para que elas sejam levadas ao seu hábitat. Não sei, mas alguma coisa a CPI, com certeza, vai fazer para lhe ajudar a resolver esse problema. E na questão dos hotéis, como eu falei, não estava falando do seu hotel, mas nós temos que, não é só hotéis não, nós descobrimos, nós vimos e denunciemos, como o senhor falou, o Sr. Maurício Chaparral. Estamos denunciando-o ao PROCON por propaganda enganosa, porque ele disse que tem um zoológico. O visitante do Recife está sendo enganado por ele, usando-se a ararinha-azul, porque ele disse que tem um zoológico e cobra a entrada das pessoas, e não pode. Como eu falei, tem hotéis,



principalmente nesses paraísos chamados paraísos ecológicos do Amazonas, que, ao invés de promoverem excursões, levam o animal para apresentar às pessoas, aos seus hóspedes. Então, é isso que nós temos que coibir, e sem exceções. Infelizmente, essas araras terão que ser tratadas de acordo com a legislação brasileira, até por uma questão de precaução, para que essa exceção não seja a regra daqui para frente. Sr. Homero, quero agradecer a sua presença, agradecer inclusive essa dificuldade que o senhor teve. Nós sabemos... mas para a CPI é importante que as pessoas venham, até porque nós temos que tomar algumas atitudes e nós vamos tomar para as pessoas que realmente receberam, mesmo atrasadas, e não quiseram vir ou não puderam vir. Elas vão ter que prestar o seu depoimento na CPI, e aí vai ter que ser em Brasília, com deslocamento... É muito pior, com certeza, do que vir aqui. Quero lhe agradecer, então. Obrigado.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, queria só também fazer um agradecimento ao Sr. Homero, parabenizá-lo pela visão que o senhor tem. Peço ao senhor só que entenda a legislação, mas na verdade a visão do senhor é ótima. Eu estou muito feliz e tranqüilo que existem pessoas como o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É a primeira vez na CPI que nós viemos com esse objetivo.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Eu peço que vocês tenham um carinho muito grande pelas araras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas haverá.

O SR. HOMERO MOURA LACERDA DE MELO – Eu tenho certeza que os senhores terão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza. Solicito a presença do secretário Manoel Alvim à mesa. A presença do Sr. Paulo... Ah, não, só um pouquinho. Um recesso de dez minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dando continuidade à 25ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras, solicitamos às pessoas que estão com o celular que falem mais baixo um pouquinho. Determino... Opa! É só



falar mais baixo, não precisa tropeçar não. Determino à Secretaria da Comissão que encaminhe ofício à Polícia Federal de Pernambuco para a condução coercitiva de todos aqueles que — eu gostaria até da listagem para pronunciar os nomes — todos aqueles que, convidados que foram, não compareceram à reunião da Comissão aqui no Recife. Amanhã haverá basicamente visitação. A CPI, por solicitação específica do seu Presidente, do Deputado Luisinho e do Deputado Badu Picanço, encaminhou ao Presidente do IBAMA e já teve a confirmação da autorização para fechamento do Chaparral Zôo, que será realizado de acordo com a possibilidade do IBAMA local, da Diretoria Regional do IBAMA. Sr. Hélio Messias de Sousa, Sr. José Martins Filho, Sr. José Ivanildo de Moraes Filho, Sr. Ricardo Alexandre de Andrade. Essas pessoas serão, então, levadas sob condução coercitiva da Polícia Federal, por solicitação desta Presidência e do Plenário da CPI. A outra comunicação a fazer ao Plenário é que dia 27, segunda-feira, iniciaremos a última fase de tomada de depoimentos. Serão ouvidas todas as pessoas que, por um motivo ou por outro, não se conseguiu colher o depoimento durante esses dois meses, desde a criação da CPI até hoje, até o momento. Dia 28 será reservada aos encontros prévios dos Sub-Relatores com apresentação dos sub-relatórios ao Relator, já com acomodação das várias correntes, dos vários relatórios prévios já feitos por Deputados. Dia 29 será apresentada a prévia do relatório pelo Sr. Relator, Deputado Sarney Filho. E dia 29, à tarde — isso na parte da manhã —, no dia 29 à tarde, ou dia 30 de manhã, ou dia 30 à tarde, será a tentativa maior da Comissão para se votar o relatório. Todas as colaborações dos Srs. Deputados têm que chegar até o dia 27 na Secretaria da Comissão, não pode chegar depois. Vamos tomar esse cuidado para não chegar dia 28, porque 28 já é apresentação do sub-relatório. Então, dia 27, vamos inclusive fazer uma ligação telefônica para todos os Deputados da Comissão. Aí já vamos encaminhar ao secretário para que todas as colaborações cheguem até o dia 27. Iniciaremos, então... Damos por encerrada esta sessão e logo em seguida estaremos no Parque 13 de Maio e depois iremos ao Município, iremos até Aldeia, localidade de Aldeia.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, antes do encerramento desta sessão, queria fazer uma solicitação: que nós buscássemos na Justiça local, até na



Justiça Federal, todos os processo que envolvam o Sr. Homero Lacerda em crime ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uma outra preocupação desta Comissão é solicitar a todos aqueles que vieram depor aqui uma pesquisa de processos judiciais, não importa de que Vara, não importa também de que seja da União. Quer dizer, pode ser federal, estadual, municipal, IBAMA ou não, Polícia Federal ou não, todos aqueles que vieram aqui depor, para que tenhamos um retrato vivo da sua atuação. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, já convidando os Deputados. A Deputada Vanessa Felipe já está chegando, a Vanessa Grazziotin já está chegando e o Deputado Antonio Feijão. Para alegria do Deputado Badu Picanço também já está chegando aqui ao Recife. Nos deslocaremos agora, então, para a primeira visita, depois ao hotel, para mudarmos de roupa, e vamos até à Aldeia para visitação.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tudo agora. Não se para até por terminar. Vamos direto, passaremos pelo hotel. Vamos direto, vamos direto, a pedido do Deputado Luisinho. Eu não nego nada ao Deputado Luisinho, nunca neguei. Me cobra muito ele, sabe, mas nunca neguei nada a ele. Mas nada havendo a tratar, esclarecendo que o Sr. Manoel Alvim dormiu muito tarde ontem, por isso que hoje está um pouco lento, mas que continua sendo o nosso melhor secretário de CPI da Câmara dos Deputados. Declaro encerrada a reunião.